



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

No passado dia 20 de Abril, durante a sessão de perguntas e respostas com a presença do Chefe do Executivo, este referiu, quando abordava a questão do desenvolvimento do sistema político, que, ao longo deste último ano, as autoridades têm vindo a receber opiniões de peritos, dos deputados, dos membros da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, dos residentes, etc., através da imprensa, seminários académicos, interpelações de deputados, associações e reuniões de trabalho, entre outros, ou seja, os canais de auscultação estiveram sempre abertos. Referiu ainda que tinham sido apresentadas 120 opiniões através de jornais, página electrónica do Governo e programas de difusão, das quais 24 do sector político, 23 de académicos, 48 de residentes, 17 de associações e 18 da imprensa, para além das 9 interpelações escritas e orais de deputados. Adiantou ainda que as opiniões recolhidas estão a ser analisadas pelos serviços competentes, estando o Governo receptivo a que a população, os deputados, os empresários e as associações continuem a apresentar as suas opiniões, e acredita que, após uma discussão racional aprofundada e o intercâmbio de ideias, se conseguirá, no pressuposto do quadro desenhado pela Lei Básica, chegar a um consenso alargado, que contribuirá para impulsionar os trabalhos relacionados com a reforma do sistema político.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Se os resultados referidos são fruto do trabalho desenvolvido, ao longo destes anos, pela Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, e pela sua equipa, e se os métodos referidos são forma de proceder a uma ampla auscultação, que permitiu já recolher opiniões dos vários estratos sociais, e se essa forma de auscultação, do tipo aguardar que algo caia do céu, for aceitável, então, quando é que podemos avançar para uma fase de profunda e racional discussão e intercâmbio de ideias sobre o desenvolvimento do sistema político de Macau? Em que ano é que vamos conseguir reunir o consenso alargado acerca desse desenvolvimento, em conformidade com o quadro da Lei Básica?

Os dados provam tudo! Nas eleições de 2009, de entre as 16 listas candidatas ao sufrágio directo, 10 sublinharam nos seus programas políticos a promoção do desenvolvimento do sistema político, e os votos que essas listas obtiveram representam 70%, e conseguiram ocupar 9 das 12 vagas disponíveis. Se bem que possam existir divergências de opinião entre as 10 listas, no respeitante ao desenvolvimento do sistema político, creio que se este se processar de forma gradual, ninguém será contra. Mais ainda, no período de Antes da Ordem do Dia, do Plenário do passado dia 18 de Abril, 4 deputados, incluindo eleitos por sufrágio directo e indirecto e nomeados, manifestaram-se acerca dessa matéria, e apesar das divergências de opinião, todos concordaram, basicamente, com a forma gradual de desenvolvimento do nosso sistema político.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Como todos sabem, o processo de reforma do sistema político, consagrado na Lei Básica, deve seguir 5 passos. Primeiro: o Chefe do Executivo deve apresentar o devido relatório ao Governo Central, e o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional decide se há necessidade de rever o sistema; segundo: a decisão do referido Comité deve ser entregue à AL da RAEM, em proposta de lei, a fim de ser apreciada; terceiro: obter a concordância de dois terços do número total dos deputados à AL da RAEM; quarto: obter a concordância do Chefe do Executivo; quinto: o Chefe do Executivo entrega o programa de reforma do sistema político ao referido Comité para efeitos de aprovação.

Sendo assim, a reforma do sistema político deve ser mesmo efectuada de forma faseada, tal como o comer exige mastigar e o andar exige passos, e sem isto, sem comer e sem andar, fica-se sem energia ou chega-se atrasado. Estamos já no 11º ano do Retorno à Pátria, sendo por isso já altura de rever as situações de desequilíbrio do desenvolvimento social e económico, porque, obviamente, ninguém consegue ficar de pé com uma perna curta e outra comprida. E se o desenvolvimento do regime político de Macau ficar nessa situação, com uma perna curta e outra comprida, as consequências serão certamente de instabilidade.

Sendo assim, interpelo a Administração sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Nos seus dois Relatórios das Linhas de Acção Governativa, desde a tomada de posse, o Chefe do Executivo afirmou que havia de proceder a uma ampla auscultação das opiniões dos diversos sectores. Para o efeito, os interesses gerais e o desenvolvimento a longo prazo da RAEM serão tidos em conta, com vista a um consenso alargado na resolução, de forma prudente, da questão do desenvolvimento do sistema político de Macau. Contudo, depois da resposta do Chefe do Executivo na sessão de perguntas e respostas que teve lugar na Assembleia Legislativa, fica-se a saber que a auscultação das opiniões sobre o desenvolvimento do sistema político é efectuada de forma passiva e negativa, sem qualquer coadunação com as reais necessidades do desenvolvimento quer do sistema político quer da conjuntura social da RAEM. Assim sendo, o Governo deve iniciar, quanto antes, os trabalhos de reforma do sistema político, em vez de manter a sua actual atitude, ou seja, “aguardar que algo caia do céu”. O Governo vai fazer isso?

2. A Secretária para a Administração e Justiça há anos que se mantém na mesma em relação à reforma política, com o respectivo processo ainda em fase de recolha de opiniões mesmo depois de passados onze anos desde a transferência de soberania. Não existe nem calendarização, nem programa para a sua concretização, nem sequer orientação para o efeito. Para a atribuição de nome aos pandas, todos puderam votar por sufrágio, mas no caso da reforma política nem sequer um inquérito se faz à opinião pública. Os próximos actos eleitorais terão lugar em 2013 para a Assembleia



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Legislativa, e em 2014 para o Chefe do Executivo, assim sendo, deve o Governo levar a efeito uma consulta geral a toda a população sobre a reforma do sistema político, para que o processo possa avançar em vez de continuar entravado. O Governo vai fazer isso?

3. No processo de desenvolvimento do sistema político, o sufrágio directo e universal constitui um ingrediente de grande importância. Mas existem outros factores que também afectam, directa ou indirectamente, o resultado e a qualidade das eleições, como sejam a igualdade e a justiça, assim como a integridade dos candidatos. Desde a transferência de soberania já se realizaram na RAEM três eleições legislativas, nas quais se registaram progressos sucessivos ao nível da organização. No entanto, verificaram-se ainda alguns problemas durante o processo eleitoral, tais como corrupção, ameaças e outras irregularidades. Na sequência do balanço dos actos eleitorais anteriormente realizados, o Governo definiu medidas para melhoria do processo eleitoral através do combate às referidas irregularidades? Existem medidas para promover a cultura eleitoral em Macau e prevenir que os infractores andem à solta?

4 de Maio de 2011.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, Chan Wai Chi